ANTOLOGIA

Readaptação social do criminoso

Por J. P. PORTO-CARRERO—(Selecção de Cláudio Revel)

Voto apresentado a uma Comissão Técnica da Faculdade de Direito, do Rio de Janeiro

Também antigamente eram flagelados os loucos, metidos em algemas e ergástulos. Hoje são êles tratados de porta aberta; os meios de contenção foram substituídos, a princípio, pela balneoterapia e por fim, pelo trabalho manual; e a adaptação ao ambiente social se faz progressivamente, pela comunhão com a família e com o meio a que é mister voltar. E mais ainda, já não cuidamos apenas dos que ensandeceram, mas também dos que podem vir a ensandecer: fazemos a profilaxia mental. E' que o tabu da possessão demoníaca do louco já foi destruído pela ciência.

Quanto ao criminoso, porém, ainda não foi possível varrer o tabu. A sociedade defende-se dele, como dum pestoso. Mas, ao pestoso trata-o, restituindo-o ao meio quando curado; enquanto que ao criminoso, encarcera-o: em prisão celular ou em prisão comum, mas sempre cárcere.

Contudo, seja ou não doença o crime, ou só dela reflexo em casos particulares, não se pode curar o criminoso do seu crime, pela sequestração; ao próprio pestoso não é o isolamento o que lhe produz a cura. Que espera do encarceramento ou de qualquer outra pena a moderna penalogia? Restituir o delinqüente à sociedade, em condições de não mais delinqüir. E que processos emprega para readaptar êsse delinqüente ao meio? O trabalho? A instrução? O exemplo? A disciplina? O prémio pelo bom comportamento? A esperança da liberação condicional?

Vãos remédios, ou remédios incompletos!

Vã a disciplina uniforme, a que reagem diversamente temperamentos diversos e cujos efeitos são mascarados, às mais das vezes, por uma submissão temporária e fingida. Vãos os prémios, os distintivos, as esperanças de encurtar o prazo da pena, pois que, se nortelam acaso o procedimento *intra-muros*, não modificam o carácter, não educam as tendências. Incompleta a instrução que quási sempre aperfeiçoa o criminoso no seu delito futuro; incompleto o exemplo, pois que modelos não pode haver dignos disso no próprio cárcere; incompleto o trabalho, pois se nele se sublimam em parte os impulsos animais, fraca sublimação lhes traz o ambiente artificial e deprimente da prisão.

Para restituir ao meio o encarcerado, será necessário restitui-lo adaptado a êsse meio. Mas para essa adaptação obramos de maneira completamente contra-indicada: sequestramos do meio o indivíduo e requeremo-lo adaptado a êsse meio. Furtamos-lhe a vida honesta em família, negamos-lhe o exercício de tôda a função de amor pelo sexo oposto, desde o acto procriador, até o afecto da mãi, da espôsa e dos filhos pequeninos, no recesso do lar. Colocamo-lo ao envés num ambiente homo-sexual, onde se não nascem as perversões para a satisfação do impulso genésico ou não brota o vício solitário neurastenizante, vêm a surgir tôdas as derivações psíquicas de humor e de carácter com que se exterioriza a regressão homo-sexual.

Depois das angústias mórbidas da abstenção sexual, depois da homo-sexualização material ou mental do encarcerado, depois de havê-lo feito sofrer a falta de afecto da mulher, a emoção do desamparo e da desorganização do lar, restituímo-lo disciplinado na aparência, dotado dum ofício, que lhe lembrará sempre o labéu, duma instrução que melhor lhe dá a compreender a miséria a que desceu; restituímo-lo assim modificado—mas não adaptado.

Vinte ou trinta anos de cadeia, quando as cãs já prateiam a cabeça, quando a vida já se curva para o fim, quando tôdas as esperanças já foram desesperos e já são saüdades—não lhe dão mais a iniciativa bastante para ser alguma coisa de útil, cá fora.

E que é que o espera, cá fora? Adaptado que fôra êle à sociedade, embora! esta não se lhe adapta tão fàcilmente. O galé traz na marcha o jeito da grilheta. E' sempre o criminoso. Os Conselhos Penitenciários conseguem-lhe o emprêgo; à menor falta leve—surge o argumento fatal: saíu da cadeia! Os amigos passam de largo; a filha é sempre a filha do criminoso; a espôsa, se já não morreu de miséria ou não se prostituíu, está desacostumada dos seus carinhos, cede-lhe a custo o govêrno da família ou espera dele mais do que êle, combalido, amputado na iniciativa, poderia dar. E os outros? Surge um crime semelhante ao seu, vigiam-lhe a casa, inquirem-lhe dos hábitos, dos passos, das relações de amizade.

Adaptado, sim, está êle: mas adaptado ao cárcere; e não será de admirar que faça por lá tornar.

O sistema penitenciário, qualquer que seja êle, é a morte civil do encarcerado.

Urge abandonarmos o tabu milenário da pena; adaptar realmente à sociedade aquêles que delinqüindo ou não, se mostram pouco afeitos a seguir a corrente geral dos costumes e da moral do momento.

Há neles qualquer coisa que os impede de seguir ao tom da corrente: uma hereditariedade mórbida, uma doença adquirida, um defeito orgânico, ou, às mais das vezes, um defeito de educação. Curemos-lhe a doença; eduquemos o deficitário, aproveitando-lhe os pendores; corrijamos por uma pedagogia conveniente, a vítima da educação mal dirigida.

Já disse o grande Freud que não há bons nem maus impulsos; há impulsos. O mesmo impulso pode guiar o punhal do assassino ao peito da sua vítima ou a faca do magarefe ao nó vital da sua rês. Tudo está em saber dirigir o impulso ao sabor da corrente social, não contra ela.

Eliminemos do nosso espírito o ranço do Talião, o ânimo de vingar nos outros os crimes que meditamos nós mesmos. A diferença entre o homem bom e o homem mau, diz o divino Platão, é que o mau pratica o acto e o bom se contenta com sonhá-lo.

Pois façamos nós que não passem de sonho os actos que ferem a moral; mas façamo-lo pelo trabalho de readaptação social, pondo os infensos à sociedade em contacto com ela e norteando-lhes os impulsos; mas nunca sequestrando, vilipendiando, matando moralmente a vítima espiatória das nossas próprias culpas íntimas e inconfessadas.

—Hoje, que me habituei a conhecer a alma humana, através da exploração profunda do inconsciente pela psicanálise, tenho grande dificuldade em compreender os códigos penais. A pedagogia já me ensinou que é possível cultivar a infância e até mesmo regenera-la, quando desviada, mas isso sem a necessidade de prémios nem de castigos. A pena-punição traz sempre a sua eiva de vindicta: é a reacção do grupo contra o indivíduo que agiu fora da norma.

Também a criança bate, por vingança, no móvel onde acaso se feriu. O golpe sofrido fica; renovar-se-á em ocasião oportuna; de nada valeu a vingança.

—O novo projecto, porém, acompanha a evolução da escola positiva, não se prende ao clássico livre-arbítrio.

—Admiro muito o professor Virgílio de Sá Pereira; admiro-lhe a cultura, admiro-lhe a inteligência pouco comum; mas a sua cultura e a sua inteligência não impediram que, no seu projecto, o livre-arbítrio, expulso pela porta, entrasse novamente, saltando pela janela (a frase é sua). Responsabilidade, imputabilidade, culpabilidade,—são vocábulos do dicionário do livre-arbítrio, por muito que se busque transvestir os conceitos, dando à volição um sentido psicofisiológico. Ele sabe muito bem, o ilustre mestre, que não há crimes, mas sim criminosos: que um indivíduo A, que furtou um pão, pode merecer mais cuidados na penitenciária, do que o indivíduo B, que matou um homem. Nota-se que o espírito do penalogista se abala com a ideia da indeterminação da pena; mas não pode desprender-se dos preconceitos clássicos. O projecto é ainda, a-pesar-de tudo, um rol de delitos com um rol de penas.

—Mas não crê que o projecto assegure a defesa social?

—A defesa social... Essa história da defesa social me leva ao tempo da antiga cirurgia, quando, por «dá cá aquela palha», se cortava, se amputava um membro, na defesa dos demais membros e órgãos. Veio depois a cirurgia conservadora, que só mutila em casos extremos, quando os cuidados prévios foram inúteis para que um membro se deteriorasse. A sociedade se defende. E' o seu ponto de vista. Mas foi ela mesma quem deixou que o seu membro gangrenasse, ameaçando-a com a infecção geral. Por que o fez? Por que não foi mais prudente? E, se, em vez de amputar o membro, em vez de segregar o criminoso, lançasse mão dos processos de conservação, de aproveitamento dos tecidos, de regeneração e um dia aquêle membro condenado pudesse tornar-se novamente útil? Não seria muito melhor?

Entrevista a "O Globo" a-propósito do projecto de Código Penal do Prof. Virgílio de Sá Pereira

—Então, não crê na regeneração nas prisões?

—Não. Regeneração importa em readaptação. Para adaptar um indivíduo a determinado meio é necessário pô-lo em contacto com êsse meio. Mas para readaptar o criminoso ao ambiente social, a sociedade, medrosa e egoísta, faz justamente o contrário; segrega... A segregação importa em: a) perda da liberdade de locomover-se, de agir; b) perda da liberdade de amar. As culpas inconscientes que todos temos já nos dão um sentimento de inferioridade que, em muitos momentos da vida, nos rouba a iniciativa. Ao sentenciado já não o cobrimos de ferros nem o chumbamos pelo pé ao cárcere infecto: as algemas são tôdas morais; mas são algemas.

Ele é um homem à parte; um homem? nem isso, que lhe faltam quási todos os direitos. A sociedade cá fora, vive, agita-se. O progresso voa nas asas dos aviões, nas transmissões do rádio, na evolução rápida dos processos de viver. O sentenciado estaciona; vê o mundo através de grades; tudo é para os outros, que andam, que vivem, que amam. Ele é um homem do passado. Sonha. O direito de propriedade é-lhe um mito; o seu dinheiro não lhe dá a capacidade de adquirir aquilo que os impulsos lhe exigem; o direito de amar se reprime numa homo-sexualidade realizada ou sublimada. Um dia, vem o alvará de soltura; o mundo é outro; o progresso caminhou; êle é um homem do passado. Adaptado à sociedade? Engano: adaptado ao cárcere; pesa-lhe, ainda por cima, o labéu do crime e da punição. A família que pôde prescindir dele durante tanto tempo, recebe-o entre comovida e revoltada; dele é a culpa daquilo tudo; êle infamou, com o seu crime, a reputação da espôsa, dos filhos, dos irmãos. Então, cresce-lhe uma surda rebeldia, que já o fazia rugir por dentro, no cárcere, através do comportamento que lhe criaram as sucessivas diminuições de iniciativa. Um homem de menos: um braço atrofiado e inútil; antes o tivessem amputado.

—Mas, não acredita, então, que as penitenciárias modernas regenerem o criminoso e o adaptem ao meio social? As colónias agrícolas fazem parte do projecto e nelas o sentenciado poderá gosar duma liberdade bem semelhante à do meio livre, cá fora.

—Não creio que se possa adaptar a um meio um indivíduo, segregando-o exactamente dêsse meio. Se queremos que um homem se adapte ao exército e venha a dar um bom soldado, temos de pô-lo em contacto com os regimentos, na vida militar; se queremos que alguém se adapte a um meio industrial, pomo-lo a viver nas fábricas. Como podemos querer que se adapte um homem à vida livre da sociedade, segregando-o numa prisão ou numa colónia? Ademais, por que apenas colónias agrícolas ou colónias industriais ou mesmo colónias de pesca ou quaisquer outras? Pensa acaso se um de nós, intelectuais, delinqüir, irá encontrar a regeneração no trabalho da máquina ou do arado, para a qual não estamos afeitos, nem temos tendências?

—E que regimen seria o ideal, então?

—Primeiro, abolir a pena, a punição, a condenação, a sentença. Tudo isso traz o ranço do Talião; é profundamente egoístico, animal, desarrazoado. Aos inadaptados à sociedade, delinqüentes ou não, os técnicos em medicina, psicologia e pedagogia observariam, estudariam. Aos doentes seria dado o tratamento conveniente, como se faz nos hospitais aos psicopatas. Aos demais, após um isolamento conveniente, sem carácter de prisão, se faria a reeducação, pelos métodos pedagógicos e

(continua na página dezasseis)

Manfredo, o ingénuo

(Continuação da página nove)

ler. A mesma coisa. Aquilo não lhe dizia respeito. Lá se arranjassem. E falava noutro assunto. A primeira vez que quebrou aquela reserva foi para dizer a Manfredo que a namorada fazia anos no fim dessa semana. E que, enfim, seria um gesto bonito da sua parte oferecer-lhe uma lembrança. O apaixonado comprou uma escrava de oiro e mandou-a pelo alcoviteiro.

Desde êsse dia a indiferença de Artur faliu. A-propósito de tudo e de nada lá vinha o nome de Dora. Que o seu palmo de cara podia requerer meças à mais formosa, que a família era do melhor do Douro, que mais isto e mais aquilo. Certa vez chegou nervoso. Dora partira um jarrão, coisa rica. Trezentos escudos, imaginasse. Se o pai desse conta era muito capaz de lhe bater. Manfredo deu os trezentos escudos e quedou mais venturoso que os homens entrevistos certa ocasião num hospício de alienados. Depois foi um anel que a sua apaixonada havia perdido. Um anel com brilhante autêntico. A pobrezinha dera voltas, remexera tudo, socorrera-se de Santo António—e nada. O amigo contou isto com uma voz molhada de tristeza. Se tivesse dinheiro... Porca da vida que não deixava uma pessoa valer aos aflitos. Manfredo enviou o anel pelo Salma. O mealheiro estava exhausto. Nem um tostão lá dentro. E se Dora partisse outra peça de louça cara ou perdesse outro anel? E a pregunta andava atrás do enamorado como um cão cheio de fome. Sim, porque ela podia partir uma jarra, perder um anel...

Não partiu nem perdeu coisa nenhuma. Os olhos, porém, (confidência do Salma) ficavam-lhe num guarda-jóias que vira em... Não se recordava. Ela dissera, mas já se não recordava. Onde ia Dora desencantar o dinheirão que pediam por aquilo? Não que meio conto,—ouvia bem, hein? meio conto—não era uma ninharia qualquer. Entretanto tivesse-o êle.

Manfredo despediu com aquela cifra na cabeça. Despediu e os brincos da mãi, que ela nunca punha nas orelhas com receio de levarem descaminho, a acudirem-lhe ao espírito, a correrem ao seu encontro. Numa casa de penhores dariam a soma necessária. Dariam mais, mesmo. Eram bons. Esta certeza consolou-o como um segundo prémio da lotaria.

Artur levou o dinheiro. Depois levou mais. Manfredo já não sabia que retirar de casa sem darem conta. Mas ia arranjando sempre. Guardava as senhas de crédito no cofre-prisão. Era feliz. Certo, Dora não dava conta de sua existência. Olhava-o como a um estranho. Nunca correspondera a um dos sinais que êle lhe fazia lá de cima, da janela do terceiro andar. Ao princípio aquilo despertara-lhe ideias tristes, fazia-lhe nascer na alma uma noite muito escura. Mas Artur explicou-lhe. O pai de Dora era uma fera. Positivamente uma fera. Ai da incauta se êle desconfiasse que com os seus dezoito anos incompletos, já trazia o coração a juros por mãos alheias.

Ilucidado, não mais a alma de Manfredo foi noite sem lua. Tudo claro e alegre que nem manhã de primavera. Pois que havia a pobrezinha de fazer com semelhante tirano? De resto que mais queria êle? Não eram seus os pensamentos dela, os seus pensamentos de tôdas as horas? Faltavam-lhe os sorrisos, os olhares. Mas que valia isso comparado à certeza de ser amado? O pai era uma fera, um tigre. Que podia fazer, a pobrezinha?

O pai era uma fera, um tigre. Que podia fazer, a pobrezinha?

Andava na sombra dela, de longe, como um cretor medroso. E ela sempre direita, trupe-trupe. Direita, sem voltar o rosto. Se um dia, de-repente, a abordasse, que diria? Numa daquelas ruas desertas estariam mais seguros que em subterrâneo. Que gôsto teria o nome dêle na sua bôca?

Uma tarde não se conteve. Saíu-lhe à frente, deteve-a, falou-lhe. E o Mundo desabou sôbre êle. Não o conhecia, estava equivocado. Lembrou-lhe as cartas, o Salma que lhas levava, as juras de ambos. Riu-se. Estava louco. Não jurara nada. O Salma ia lá a casa, sim, mas para falar com o pai. Eram conterrâneos.

Da beira do passeio Manfredo viu-a ir. Viu-a ir sem dor nem pena. E sem vergonha. Não sentia nada. Naquela hora não sentiu nada. Mas no quarto, depois, chorou como uma criança. Chorou de cabeça afundada no travesseiro, mordendo os lençois. Que patife, o Salma. Que canalha. E pronto, o seu sonho findava ali. Afinal só tinha sonhado. Aquêle Salma... Os homens eram maus. Maus, maus e maus. Fechou os olhos. E como um cavador esgotado, sem dar conta, adormeceu.